

8ª Reunião Câmara Temática de Mobilidade a Pé

Data: 12/07/2016

Presenças oficiais:

Fernando Haddad – Prefeito

Jilmar Tatto – Secretário Municipal de Transportes

Medeiros – Secretário Municipal de Coordenação de Subprefeituras

Chico Macena – Secretário de Governo

Nancy Schneider – Superintendente de Educação e Segurança da CET

Rosimeiry Leite – Moderação de Tráfego

Suzana Nogueira – Diretora do Departamento de Planejamento Cicloviário

José Evaldo Gonçalo – Secretário Adjunto de Transportes

Celso Antonio Vasco – SPTrans

Tadeu Leite – Diretor de Planejamento e Educação no Trânsito da CET

Presentes: Alexandre Moreira, Ana Carolina Nunes, Élio Camargo, Gilberto Frachetta, Meli Malatesta, Mila Guedes, Silvia Stuchi, Rafael Calabria.

Convidados: Valmir, Luciana Trindade

Rafael Calabria e Ana Carolina fazem apresentação de dez minutos.

Ao fim, Ana Carolina destaca os três pontos de demanda:

- Mudança de nome da Secretaria Municipal de Transportes para Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
- Restituição do Departamento de Mobilidade a Pé na CET
- Criação do GT Intersecretarial para cuidar de infraestrutura de mobilidade a pé, tendo como referência o Pró-Ciclista e atendendo à meta do Plano Municipal de Mobilidade Urbana prevista para o primeiro semestre de 2016.

Secretário Tatto abre para perguntas e intervenções:

- Gilberto Frachetta pergunta sobre o programa de 1 milhão de metros quadrados de calçadas. Também diz que o Programa Trajeto Acessível está parado por falta de verba. Este programa tem como objetivo tornar acessível o trajeto da residencial da pessoa com deficiência até um local de sua atividade ou parada de ônibus.

- Valmir destaca a necessidade de cobrança e fiscalização sobre as calçadas para de fato garantir acessibilidade

- Alexandre comenta sobre o Código de Obras e o fato de ter deixado as calçadas de fora

- Meli fala sobre as contribuições ao Estatuto do Pedestre, que traz propostas para a governança municipal sobre a infraestrutura de mobilidade a pé

Rodada de respostas oficiais:

- Medeiros diz que Prefeitura tem feito calçadas (“uma das que mais fez calçadas”), mas concorda que falta acessibilidade e que muitas vezes o padrão de calçada executado tanto pela Prefeitura quanto por entes privados é errado. Sugere que é necessário criar fiscalização conjunta com sociedade civil.

- Chico Macena inicia destacando que acha importante a criação do Departamento de Mobilidade a Pé, mas pondera que “não se pode criar na armadilha de transformar departamento em órgão licenciador”. Na sua opinião, a sua função deve ser fundamentalmente de elaboração de projetos e produção de normas e procedimentos.

- Tatto elogia o trabalho da CTMP e diz que é importante fortalecer nosso trabalho. “vejo com entusiasmo” a criação da CTMP, da cadeira de Mobilidade a Pé no CMTT e de um departamento para a Mobilidade Ativa.

- Haddad inicia afirmando que cada vez mais a cidade precisa de colegiados como a CTMP em função da complexidade e diversidade de temas tratados pela cidade. Fala sobre a Divisão de Transportes de Carga da SMT e destaca que considera importante que os quatro transportes

prioritários segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana (a pé, bicicleta, transporte público e transporte de cargas) tenham suas próprias diretorias/departamentos.

Sobre o Código de Obras, é enfático ao dizer que “não me preocuparia com isso” e que a legislação recém-revista é um “avanço extraordinário”. Afirma que não sabia que havia sugestões para a parte de calçadas e solicita que enviemos a ele as contribuições feitas pela Cidadeapé à legislação.

Concorda que a legislação sobre calçadas deve mesmo ser revista para aumentar o controle. Afirma que a questão das multas sobre calçada é um problema que não foi superado, por ser uma multa “incidente em CPF” e por isso tem inadimplência alta. Acredita que funcionaria melhor se a multa fosse associada a um bem, mas que não é possível associar a IPTU (Prefeitura já teria considerado essa possibilidade e descobriu que não seria possível). Afirma que seria interessante haver um “diploma próprio” para calçadas, não necessariamente associado ao Código de Obras.

Destaca que nos seis anos anteriores à sua gestão foram executados apenas 600 mil metros quadrados de calçadas, em comparação aos 1,2 milhão de metros quadrados em dois anos da sua gestão. Afirma que não faltou recurso para alcançar essa meta.

Pergunta se há meta de calçadas no PlanMob, ao que nós respondemos negativamente.

Depois, Tatto e Suzana contestam que há sim a meta de 250 mil metros quadrados anuais.

Afirma que Secretaria de Serviços deveria entrar nesse arranjo junto com SMT e SMSP.

Discussões

- Ana Carolina defende que a meta seja em quilômetros de via a meta, e não em metros quadrados, para ser mais clara. Também aborda a necessidade de cobrar concessionárias pelo uso do subterrâneo e usar isso para financiar requalificação de calçadas. Haddad responde que é importante pensar em como poderia se estruturar a cobrança.

- Élio sugere que a fiscalização de calçadas poderia ser vinculada à concessão ou renovação de alvarás de funcionamento. Haddad mostra interesse sobre a sugestão.

- Calabria explica que não defendemos que todas as calçadas sejam municipalizadas porque isso poderia implicar ainda mais omissão, usando como justificativa a falta de verbas.
- José Evaldo argumenta que muitas vezes as calçadas só saem mesmo quando a Prefeitura assume
- Ana Carolina defende que, para garantir um uso eficiente dos recursos, deveria haver uma hierarquização das vias com maior demanda pedonal que guiaria a prioridade de investimento em requalificação e alargamento da calçada. Hierarquia deve ser baseada em Planejamento da Rede de Mobilidade a Pé elaborada pela CET, no possível Departamento de Mobilidade a Pé. Lamenta que na CET o pedestre acaba sendo lembrado apenas depois que morre, e não como usuário do sistema de mobilidade. Adjunto de Tatto discorda de última afirmação.
- Haddad propõe o uso de rastreamento de celular para verificar deslocamentos e gerar dados para subsidiar Planos. Acha que valeria a pena explorar essa questão.
- Calabria lembra que essa metodologia pode enviesar os dados gerados apenas por quem usa smartphone.
- Élio fala sobre o uso privado das calçadas, que são usurpadas de seus objetivos iniciais para possibilitar acesso a carros, e que a Prefeitura não deveria assumir os custos de reparos de calçadas nesses casos.
- Ana Carolina sugere que Prefeitura seja feitora e reparadora oficial de calçadas dentro do padrão e cobre depois desses moradores e proprietários que distorceram seus usos.
- Élio sugere que essa cobrança entre nas parcelas do IPTU, por exemplo.

Inicia-se uma discussão sobre as possibilidades de cobrança e fiscalização.

- Haddad afirma que é boa a ideia de vincular TFE a fiscalização de calçadas. Pede também que Alexandre envie material sobre Código de Obras.
- Alexandre dá um panorama da contribuição.
- Haddad afirma que seria possível condicionar “Habite-se” à adequação de calçadas.
- Alexandre afirma que, para isso, deveria haver agentes suficientes, já que grande parte das construções não dependem do documento.

- Gilberto Frachetta defende que legislação sobre calçadas seja amplamente divulgada e comunicada, porque ainda há muita desinformação, inclusive por parte de profissionais envolvidos em grandes empreendimentos.
- Tadeu lembra que projetos das Áreas 40 já levam em conta as demandas de qualificação das estruturas (como redimensionamento das calçadas) e resultados já estão sendo alcançados.
- Meli explica como funcionava o departamento de Mobilidade a Pé da CET, como definidor de políticas públicas e produtor de conhecimento e dados.
- Élio desafia Tatto e Haddad a criarem a Câmara Temática de Transporte Público e Tatto desconversa.
- Tatto cita os avanços: retomada do CMTT, criação das Câmaras Temáticas e agora a Cartilha do Pedestre.

Tatto apresenta Suzana como nova gerente de Mobilidade Ativa e do desafio de revisão de legislação sobre calçadas. Explica que gostaria que houvesse reuniões trimestrais da Câmara Temática com o prefeito.

Reunião é encerrada.

Encaminhamentos:

- Enviar materiais referentes a Código de Obras e Estatuto do Pedestre ao prefeito
- Discutir possibilidades de arranjo institucional de calçadas e enviar ao GT Intersecretarial
- Verificar andamento do GT Intersecretarial
- Conversar com Suzana sobre configuração da nova “Gerência de Mobilidade Ativa”, no sentido de permitir que as ações relacionadas à Mobilidade a Pé não sejam "engolidas" pela estruturação da rede cicloviária, uma vez que estão muito mais defasadas, exigindo, portanto equipe adequada dedicada exclusivamente às ações relacionadas à Mobilidade a Pé.
- Medeiros ficou de marcar reunião com a CTMP para discutir o problema das calçadas.